

AgRg no HABEAS CORPUS Nº 529.863 - ES (2019/0255992-2)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AGRAVADO : NILCEA VERBENO DE ALMEIDA
AGRAVADO : VINICIUS VERBENO ALVARENGA
ADVOGADO : WANDERSON OMAR SIMON - ES018630
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. QUANTIDADE EXPRESSIVA DE ENTORPECENTES. REITERAÇÃO DELITIVA. SENTENÇA. NOVO TÍTULO. FUNDAMENTAÇÃO ABSTRATA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL VERIFICADO. AGRAVO IMPROVIDO.

1. A decisão agravada deve ser mantida por seus próprios fundamentos, porquanto em sintonia com a jurisprudência pacífica do STJ.
2. Ainda que o decreto prisional tenha apresentado fundamentação idônea, apontando a necessidade da cautelar penal em razão da elevada quantidade de drogas apreendida e na reiteração delitiva, a sentença condenatória, por outro lado, negou aos réus o direito de recorrer em liberdade com base apenas na gravidade abstrata dos fatos praticados e na pena imposta, sem demonstrar concretamente sua caracterização.
3. Assim, na sentença, que constitui novo título prisional, não se apontou qualquer elemento do caso concreto para justificar a prisão.
4. Agravo regimental improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz, Sebastião Reis Júnior e Rogerio Schietti Cruz votaram com o Sr. Ministro Relator.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019 (Data do Julgamento).

MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Presidente

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator